



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
SECRETARIA GERAL

CÓPIA

ATO Nº 13 /2009.

Dá nova redação ao inciso XXIII do artigo 18, ao artigo 63, ao § 1º do artigo 64 e ao artigo 70; acrescenta parágrafos ao artigo 63; revoga os parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 70, todos do Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, e dá outras providências.

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e, em especial ao artigo 141 do Regimento Interno.

CONSIDERANDO proposta de Emenda Regimental apresentada na sessão realizada no dia 22 de setembro do corrente ano pelos Conselheiros Daniel Lavareda e Cezar Colares;

CONSIDERANDO o parecer da Conselheira Mara Lúcia, relatora na forma do artigo 141 do Regimento Interno, aprovado por unanimidade de votos, com a abstenção da presidência, na sessão ordinária realizada no dia 22 de setembro de 2009, nos termos da ata da sessão;

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação de seus serviços auxiliares, objetivando melhor racionalização dos trabalhos;

RESOLVE:

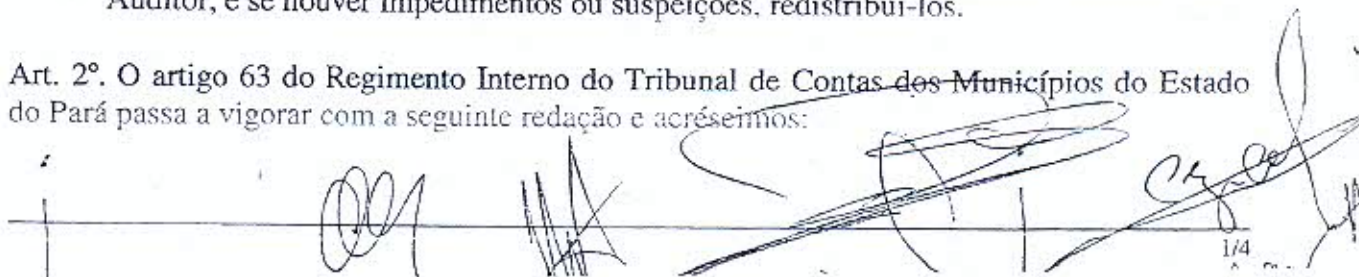
Promulgar as seguintes emendas ao ATO nº 9/1995, de 9 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Art. 1º. O inciso XXIII do artigo 18 do Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 18. (...)

XXIII – propor ao Plenário, ao final de cada biênio, na primeira sessão ordinária do mês de dezembro, o sorteio de cada uma das 7 (sete) Controladorias por Conselheiro e Auditor, e se houver impedimentos ou suspeições, redistribuí-los.

Art. 2º. O artigo 63 do Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará passa a vigorar com a seguinte redação e acréscimos:





ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
SECRETARIA GERAL

Art. 63. A distribuição de processos entre Conselheiros e Auditores obedecerá aos princípios da publicidade, da alternatividade e do sorteio.

§ 1º. Os municípios serão distribuídos em 7 (sete) Controladorias, criadas por ato do Plenário, cada qual jurisdicionada a um Conselheiro, por biênio, mediante sorteio realizado na primeira sessão ordinária do mês de dezembro dos anos ímpares.

§ 2º. Para efeito da realização do sorteio, os Municípios serão agrupados em listas de Unidades Jurisdicionadas, organizadas sob a Coordenação do Presidente, com aprovação do Plenário.

§ 3º. Cada Controladoria será coordenada por 01 (um) Auditor, que presidirá a instrução processual, sorteado nos mesmos moldes e período estabelecidos no § 1º, vinculado, necessariamente, ao Conselheiro designado para supervisioná-la.

§ 4º. Em observância ao princípio da alternatividade, o Conselheiro e o Auditor não poderão ser contemplados com a mesma Controladoria para os 2 (dois) biênios subsequentes.

§ 5º. A jurisdição de cada Controladoria referida no § 1º deste artigo contempla os processos de contas anuais dos gestores da administração pública municipal, os atos sujeitos a registro e cadastro, as denúncias e representações.

§ 6º. Os processos de consultas, recursos e outros que não puderem ser submetidos às regras do sorteio anual, serão distribuídos a Relatores mediante sorteio aleatório e uniforme.

§ 7º. O Conselheiro ou Auditor que estiver atuando como Relator ou que tenha proferido voto vencedor do Acórdão, decisão ou de parecer no processo originário, fica impedido de relatar os respectivos recursos.

§ 8º. No caso de impedimento ou suspeição de Conselheiro ou Auditor sorteado para determinado município ou unidade gestora, será efetuada permuta com municípios ou unidades gestoras equivalentes da região seguinte.

§ 9º. Distribuir-se-ão ao mesmo Conselheiro e Auditor, por dependência, os processos dos municípios a ele anteriormente distribuídos.

§ 10. A jurisdição do Auditor e do Conselheiro permanecerá sobre os processos a eles distribuídos até o julgamento.

§ 11. Na hipótese do Auditor ou Conselheiro deixar o Tribunal, a Controladoria que lhe coube por sorteio será redistribuída àquele que o suceder no cargo.

§ 12. No caso de licença superior a 60 (sessenta) dias do Auditor, far-se-á nova distribuição, mediante compensação posterior.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
SECRETARIA GERAL

Art. 3º. O § 1º do artigo 64 passa a ter a seguinte redação:

§ 1º - Os processos a que se referem o § 6º do artigo 63 serão identificados pela respectiva ordem numérica, iniciando-se o sorteio pelo Conselheiro seguinte ao designado Relator no sorteio anterior;

Art. 6º. O caput do artigo 70 passa a vigorar com a seguinte redação, revogando-se os parágrafos:

Art. 70. A distribuição de processos para as Controladorias obedecerá aos critérios definidos no artigo 63 e parágrafos deste Regimento Interno.

Art. 7º. Os processos referentes aos atos e prestações de contas anteriores à atual distribuição permanecem na responsabilidade de instrução de cada Auditor vinculado à Controladoria correspondente, sendo sua distribuição feita por sorteio a cada Conselheiro.

Art. 8º. Excepcionalmente no ano de 2009 o sorteio a que alude a nova redação do § 1º do artigo 63 será feito na última sessão ordinária do mês de outubro, abrangendo os atos e prestações de contas referentes aos anos de 2008 e 2009.

Parágrafo único: Esta regra será aplicada exclusivamente aos Conselheiros.

Art. 8º. O presente ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 417/2009/TCM/PA.

Sala das Sessões Plenárias do Tribunal de contas dos Municípios do Estado do Pará em 22 de setembro de 2009.

Belém, 22 de setembro de 2009.

Conselheira ROSA DE FÁTIMA BARGE HAGE

Presidente

Conselheiro JOSÉ CARLOS ARAÚJO

Vice-Presidente



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
SECRETARIA GERAL

Mara Lúcia Barbalho da Cruz
Conselheira MARA LÚCIA BARBALHO DA CRUZ

Corregedora

Alcides Alcântara
Conselheiro ALCIDES ALCÂNTARA

Aloísio Chaves
Conselheiro ALOÍSIO CHAVES

Luíz Daniel Lavareda Reis Junior
Conselheiro LUIZ DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR

Cezar Colares
Conselheiro CEZAR COLARES